
	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 1 de 27


## SUMÁRIO

1.	HISTÓRICO DE MUDANÇAS .....	2
2.	ESCOPO .....	3
3.	MANUTENÇÃO .....	3
4.	REFERÊNCIAS NORMATIVAS.....	3
5.	DEFINIÇÕES .....	4
6.	QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORES.....	11
7.	CONDIÇÕES GERAIS.....	11
8.	MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE .....	12
9.	ETAPAS DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO .....	12
10.	TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES .....	27
11.	ATIVIDADES EXECUTADAS POR OAC ESTRANGEIROS .....	28
12.	ENCERRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO .....	28
13.	SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE .....	29
14.	AUTORIZAÇÃO PARA USO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE .....	30
15.	RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES.....	30
16.	ACOMPANHAMENTO NO MERCADO.....	33
17.	PENALIDADES .....	34
18.	RASTREABILIDADE.....	34

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 2 de 27

## 1. HISTÓRICO DE MUDANÇAS

PÁGINA	SUMÁRIO DE MUDANÇA	DATA	ELABORADO	APROVADO
Todas	1a Emissão	08/05/2013	Roberto Mendonça	Paulo Facchini

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 3 de 27

## 2. ESCOPO

2.1. Esta Instrução Técnica tem por finalidade definir os requisitos de avaliação da conformidade para relés fotoelétricos intercambiáveis e suas tomadas e alças, para o comando de iluminação em circuitos de corrente alternada em frequência de 60 Hz para uso externo.

2.2. Esta Instrução Técnica deve ser usada para a certificação do objeto, em associação com os procedimentos e as normas técnicas correspondentes.


## 3. MANUTENÇÃO

3.1. A responsabilidade pela manutenção e atualização desta Instrução Técnica é do Coordenador Técnico da área de Elétrica.

3.2. A responsabilidade pela aprovação desta Instrução Técnica é da Gerência Técnica.


## 4. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

GP01P-BR	Procedimento para Certificação de Produtos
IA 02P	Processo de Qualificação e Contratação de Laboratórios
IA 11P BR	Comitê de Certificação de Produtos
IA 31-BR	Qualificação e Classificação de Competência de Auditores – Produto
ABNT ISO IEC Guia 67	Avaliação de Conformidade – Fundamentos de Certificação de Produtos
Resolução nº 04 de 02 de dezembro de 2002 do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO).	Termo de referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC
NBR 5123: 1998	Relé fotoelétrico e tomada para iluminação – Especificações e método de ensaio
ABNT NBR ISO 9001: 2008	Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos
ABNT NBR ISO/IEC 17000	Avaliação da conformidade – Vocabulário e Princípios Gerais
ABNT NBR ISO/IEC 17025	Requisitos Gerais para a Competência de Laboratório de Ensaio e Calibração


	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 4 de 27

## 5. DEFINIÇÕES


<b>ABNT</b>	Associação Brasileira de Normas Técnicas
<b>Cgcre</b>	Coordenação Geral de Acreditação
<b>Conmetro</b>	Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
<b>DOU</b>	Diário Oficial da União
<b>Dqual</b>	Diretoria de Qualidade
IAAC	Interamerican Accreditation Cooperation
ILAC	International Laboratory Accreditation Cooperation
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO	International Organization for Standardization
<b>MOU</b>	Memorando de Entendimento (Memorandum of Understanding)
NBR	Norma Brasileira
<b>OAC</b>	Organismo de Avaliação da Conformidade
<b>OCP</b>	Organismo de Certificação de Produtos
<b>OCS</b>	Organismo de Certificação de Sistema de Gestão da Qualidade
<b>RTQ</b>	Regulamento Técnico da Qualidade
SBAC	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
<b>Secex</b>	Secretaria de Comércio Exterior
<b>Acompanhamento de mercado</b>	Processo sistematizado que tem por objetivo monitorar, no mercado, os objetos regulamentados, ou com a conformidade avaliada, no âmbito do SBAC, identificando o atendimento ou não aos requisitos estabelecidos, através de ações de fiscalização ou verificação da conformidade, visando a retirada dos objetos irregulares do mercado ou o aperfeiçoamento dos Programas de Avaliação da Conformidade.
Acreditação	É a atestação de terceira parte relacionada a um organismo de avaliação da conformidade, comunicando a demonstração formal da sua competência para realizar tarefas específicas de avaliação da conformidade.
Amostra	Consiste em uma ou mais unidades de produto, retiradas do universo a ser inspecionado, de forma aleatória, que seja representativa deste.

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 5 de 27

Amostragem	Fornecimento de uma amostra do objeto da avaliação da conformidade, de acordo com um procedimento.
Auditoria	Processo sistemático, independente e documentado para evidenciar registros, afirmações de fatos ou outras informações pertinentes e avaliá-los de maneira objetiva para determinar a extensão na qual os requisitos especificados são atendidos.
Avaliação da Conformidade	Processo sistematizado, com regras pré-estabelecidas, devidamente acompanhado e avaliado, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos pré-estabelecidos pela base normativa, com o menor custo possível para a sociedade.
Base Normativa	Documento que estabelece os requisitos técnicos a serem observados pelo objeto submetido ao processo de Avaliação da Conformidade, podendo ser uma Norma Técnica, RTQ, IN, ou outro meio.
Certificação	Atestação da conformidade de um objeto realizada por terceira parte.
Certificado de Conformidade	Emissão de uma afirmação, baseada numa decisão feita após a análise crítica, de que o atendimento aos requisitos especificados foi demonstrado.
Confirmação da Manutenção	Emissão de uma afirmação, baseada numa decisão feita após a análise crítica, de que o atendimento aos requisitos de manutenção especificados foi demonstrado.
Consumidor	Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
Ensaio Inicial	Ensaio realizado durante a avaliação inicial, de forma a analisar que o produto, cuja avaliação da conformidade esteja prescrita em Instrução Técnica, está em conformidade com requisitos pré-estabelecidos pela base normativa.
Ensaio de Manutenção	Ensaio periódico realizado durante a avaliação de manutenção, de forma a garantir que o produto, cuja avaliação da conformidade esteja prescrita em Instrução Técnica, mantém conformidade com requisitos pré-estabelecidos pela base normativa.
Família	Agrupamento de modelos do produto, para um mesmo fim, de um mesmo fabricante, de uma mesma unidade fabril, de um mesmo processo produtivo, que possuem em comum alguma(s) da(s) seguinte(s) característica(s): dimensões, massa, matéria-prima, configuração, uso, entre outras.
Fornecedor	Pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, legalmente estabelecida no país, que desenvolve atividades de produção, criação, construção, montagem, transformação, recuperação, reparação, importação, exportação, distribuição, comercialização do produto ou prestação de serviços. O fornecedor é, necessariamente, o solicitante da certificação, podendo ser o próprio fabricante.
Instrução Normativa - IN	Documento estabelecido, em caráter excepcional, que define os requisitos técnicos a serem atendidos pelo objeto, no campo voluntário, quando da inexistência de norma técnica e até que esta exista.

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 6 de 27

Laboratório Acreditado	Entidade pública, privada ou mista, acreditada pelo Cgcre/Inmetro de acordo com os critérios por ele estabelecidos, com base nos princípios e políticas adotadas no âmbito do SBAC, para a realização de ensaios.
Lote	Conjunto de produtos com especificações próprias, classificados em uma mesma família.
Mecanismos de Avaliação da Conformidade	Principal ferramenta utilizada para atestar a conformidade, no âmbito do SBAC, podendo ser Certificação, Declaração da Conformidade do Fornecedor, Inspeção, Ensaio e Etiquetagem.
Memorial Descritivo	Documento apresentado pelo fornecedor que descreve o projeto do objeto a ser avaliado e o identifica sem ambigüidade, com o objetivo de explicitar, de forma sucinta, as informações mais importantes, em especial às relativas aos detalhes construtivos e funcionais do produto.
Modelo de Produto	Conjunto com especificações próprias, estabelecidas por características construtivas, ou seja, mesmo projeto, processo produtivo, dimensões e demais requisitos normativos, podendo também ser identificado por apresentar a mesma referência comercial.
Modelo de Certificação	É o modelo adotado considerando-se a natureza do produto, processo produtivo, características da matéria-prima, aspectos econômicos e nível de confiança necessário, respeitando-se a Instrução Técnica específica do objeto.
Modelo de Certificação 5	É um modelo baseado, como os anteriores, no ensaio de tipo, mas acompanhado de avaliação das medidas tomadas pelo fabricante para o Sistema de Gestão da Qualidade de sua produção, seguido de um acompanhamento regular, por meio de auditorias, do controle da qualidade da fábrica, e de ensaios de verificação em amostras coletadas no comércio e na fábrica. Este modelo é o mais utilizado no SBAC e proporciona um sistema confiável e completo de avaliação da conformidade de uma produção em série e em grande escala.
Norma Técnica	Documento estabelecido por consenso e emitido por um organismo reconhecido, que fornece para uso comum e repetido, regras, diretrizes ou características para produtos, serviços, bens, pessoas, processos ou métodos de produção, cujo cumprimento não é obrigatório. Pode também tratar de terminologia, símbolos, requisitos de embalagem, marcação ou rotulagem aplicáveis a um produto.
Objeto	Qualquer material, produto, instalação, processo, sistema, pessoa ou organismo particular, ao qual a Avaliação da Conformidade é aplicada.
Planilha de Especificações Técnicas (PET)	Planilha modelo contendo as principais características do objeto, que deve ser preenchida conforme resultados de ensaios para a(s) família(s) em questão.
Plano de Ensaios	Plano que descreve a natureza dos ensaios, os métodos de análise a serem utilizados e a amostragem a ser coletada.
Procedimento	Forma especificada de executar uma atividade ou processo.

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 7 de 27

Reconhecimento	Forma através da qual o Inmetro autoriza um OAC ou laboratório estrangeiro, que seja signatário de um acordo de reconhecimento mútuo do qual o Inmetro faça parte (sejam: IAAC e ILAC), a participar de um programa de avaliação da conformidade.
Regulamento Técnico da Qualidade – RTQ	Documento que define os requisitos técnicos que o produto, processo, serviço, pessoa ou sistema deve atender no campo compulsório. São estabelecidos através de Portaria, para atendimento pelos fornecedores, pelos Organismos de Avaliação da Conformidade - OACs e demais partes impactadas. A depender da autoridade regulamentadora, quando o Inmetro atuar por delegação da mesma, pode ter outra denominação.
Representante legal	Profissional formalmente vinculado e legalmente autorizado pelo fornecedor ou fabricante a responder judicialmente por este.
Responsável técnico	Profissional formalmente vinculado com o fornecedor ou fabricante, legalmente habilitado e devidamente registrado no respectivo órgão de classe, capacitado para responder tecnicamente pelas atividades realizadas.
Termo de Compromisso	Documento emitido pelo fornecedor e assinado por seu representante legal, no qual declara que conhece e cumpre todas as disposições legais e normativas referentes ao objeto registrado, como também os comandos das Leis nº 9.933/1999 e 5.966/1973, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de descumprimento dos mesmos.


## 6. QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORES

6.1. A equipe de auditores para avaliação da conformidade definida nesta Instrução Técnica deve atender aos requisitos de qualificação de auditores e especialistas do Bureau Veritas Certification, conforme definido no procedimento IA31-BR.

## 7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. O Bureau Veritas Certification tem responsabilidade pela implementação do programa de avaliação da conformidade definido nesta Instrução Técnica.

7.2. O Certificado de Aprovação deve conter, no mínimo, os dados definidos no item 9.2.6. desta Instrução Técnica e no procedimento GP01P-BR.

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 8 de 27

## 8. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

8.1. Esta Instrução Técnica utiliza a certificação voluntária, fora do âmbito do SBAC, como mecanismo de avaliação da conformidade para relés fotoelétricos intercambiáveis e suas tomadas e alças.

8.2. Todas as etapas do sistema de certificação previsto nesta Instrução Técnica devem ser conduzidas pelo Bureau Veritas Certification.

## 9. ETAPAS DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

### 9.1. Definição do(s) Modelo(s) de Certificação utilizado(s)

9.1.1. O modelo de certificação utilizado para os produtos contemplados por esta IT é o Modelo 5, baseado no Ensaio de tipo, avaliação e aprovação do Sistema de Gestão da Qualidade do fabricante, acompanhamento através de auditorias no fabricante e ensaios em amostras retiradas no comércio e no fabricante.

### 9.2. Avaliação Inicial


Neste item são descritas as etapas iniciais do processo de avaliação da conformidade, que culminam na atestação da conformidade do aparelho.

#### 9.2.1. Solicitação de Certificação

9.2.1.1. O início do processo de Certificação está condicionado a uma manifestação formal do fornecedor, que deve ser feita diretamente a um dos Organismos de Avaliação da Conformidade acreditados e/ou designados pelo Inmetro para o escopo do objeto em avaliação, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) opção relativa ao modelo ou família do objeto em questão, referenciando sua descrição técnica;
- b) foto do produto;
- c) documentação prevista para a Auditoria Inicial dos Sistemas de Gestão, conforme itens da Tabela 1 desta IT, por meio físico ou eletrônico;
- d) cópia do Contrato Social do fornecedor, com suas alterações;
- e) cópia do comprovante de registro junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
- f) cópia do Contrato de relação comercial entre fabricante e fornecedor, quando houver relação comercial que envolva Fabricante de Equipamento Original – OEM;
- g) referenciar a família do(s) modelo(s), conforme a definição no item 5 desta IT;
- h) encaminhar a Planilha de Especificação Técnica (PET) de cada modelo constituinte da família, conforme instruções contidas no ANEXO B desta IT.



	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 9 de 27

9.2.1.2. No caso do Modelo 5 devem ser apresentados ao Bureau Veritas Certification os documentos referentes ao Sistemas de Gestão da Qualidade, aplicável ao processo produtivo do modelo ou família do objeto a ser certificado.

### **9.2.2. Análise da Solicitação e da Documentação**

9.2.2.1. O Bureau Veritas Certification, ao receber a documentação especificada, deve abrir um processo de avaliação da conformidade e realizar uma análise quanto à pertinência da solicitação, além de uma avaliação da conformidade da documentação encaminhada pelo solicitante da certificação.

9.2.2.2. Caso seja identificada não conformidade na documentação recebida, esta deve ser formalmente encaminhada ao fornecedor para a sua correção e devida formalização junto ao Bureau Veritas Certification, visando evidenciar a implementação das ações corretivas para nova análise.

### **9.2.3. Auditoria Inicial do Sistema de Gestão da Qualidade**

9.2.3.1. Esta auditoria tem por objetivo verificar a efetiva implantação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do processo produtivo do produto.


9.2.3.2. A data da visita para a auditoria deve ser agendada em comum acordo com o fornecedor.

9.2.3.3. O Bureau Veritas Certification avalia o SGQ do processo produtivo do produto, bem como realiza auditoria na unidade fabril com o objetivo de verificar a conformidade do processo produtivo à documentação encaminhada, tendo como referência a Tabela 1 do item 9.2.3.4. para o SGQ.

9.2.3.4. A avaliação do SGQ do processo produtivo do aparelho deve ser feita pelo Bureau Veritas Certification com base na abrangência do processo de Certificação, e conforme os requisitos da norma ABNT NBR ISO 9001, definidos a seguir.

**Tabela 1: Itens de verificação da norma ABNT NBR ISO 9001**

<b>Requisitos do SGQ</b>	<b>ABNT NBR ISO 9001</b>
Controle de documentos	4.2.3.
Controle de registros	4.2.4.
Comunicação com o cliente	7.2.3.
Processo de aquisição	7.4.1.
Verificação do produto adquirido	7.4.3.

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 10 de 27

Controle de produção e prestação de serviço	7.5.1.
Identificação e rastreabilidade	7.5.3.
Preservação do produto	7.5.5.
Controle de equipamento de monitoramento e medição	7.6.
Satisfação do cliente	8.2.1.
Monitoramento e medição do produto	8.2.4.
Controle de produto não conforme	8.3.
Ação corretiva	8.5.2.
Ação preventiva	8.5.3.


9.2.3.5. O Bureau Veritas Certification pode, sob sua análise e responsabilidade, optar por não avaliar o SGQ previsto nessa Instrução Técnica durante a etapa de avaliação inicial, mediante a apresentação por parte do fornecedor de um certificado do SGQ dentro de seu prazo de validade. O certificado deve ter sido emitido por um OAC acreditado pelo Inmetro ou membro do MLA do IAF, para o escopo de acreditação adequado e segundo as edições vigentes das normas ABNT NBR ISO 9001. A certificação deve ser válida para o processo produtivo na unidade fabril do aparelho a ser certificado. Neste caso, o fornecedor deve colocar à disposição do Bureau Veritas Certification todos os documentos correspondentes a esta certificação, e apresentar os registros do processo produtivo onde conste claramente a identificação do aparelho a ser certificado. O Bureau Veritas Certification deve analisar a documentação pertinente para assegurar que os requisitos descritos na Tabela 1, do item 9.2.3.4. foram atendidos para o SGQ.

9.2.3.6. Qualquer alteração no processo produtivo deve ser informada ao Bureau Veritas Certification, e poderá implicar em uma nova avaliação.

**9.2.3.7. O não atendimento aos requisitos descritos na Tabela 1 deve ser comunicado à Cgcre, para aqueles casos em que o fornecedor apresentar Certificado válido de SGQ emitido por outro OAC.**

9.2.3.8. Os certificados e relatórios de ensaios, emitidos por um OAC estrangeiro, devem estar acompanhados de **tradução juramentada** no idioma português, quando estes forem emitidos em idioma distinto do inglês ou espanhol. Os demais documentos referentes ao Sistema de Gestão, que estiverem em idioma distinto do inglês ou espanhol, devem estar traduzidos para o português.

9.2.3.9. O Bureau Veritas Certification, após a auditoria, deve emitir relatório, registrando seu resultado, tendo como referência esta Instrução Técnica.

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 11 de 27

9.2.3.10. O relatório de auditoria deve ser assinado pelo menos pela equipe auditora, sendo que uma cópia deve ser disponibilizada ao fornecedor.

#### 9.2.4. Plano de Ensaios Iniciais

O Bureau Veritas Certification é responsável por elaborar o Plano de Ensaios onde, como conteúdo mínimo, deve definir claramente a amostragem, os ensaios iniciais a serem realizados e os critérios de aceitação/rejeição para estes ensaios. O Plano de Ensaios também deve ser planejado de forma a cobrir os modelos que contenham o maior número de requisitos pré-estabelecidos pela base normativa de referência, exigíveis para uma mesma família. Cabe ao Bureau Veritas Certification realizar a análise crítica dos relatórios de ensaio do laboratório, confrontando-os com o Plano de Ensaios previamente estabelecido.


##### 9.2.4.1. Definição dos Ensaios a serem realizados

9.2.4.1.1. Os ensaios devem verificar a conformidade dos aparelhos aos requisitos das bases normativas listadas na tabela 2, **ao ANEXO D desta IT** e às condições adicionais contidas nos itens subsequentes a esta tabela, considerando os tamanhos de amostra descritos.

**Tabela 2: Plano de ensaios, base normativa e tamanho da amostra para os ensaios iniciais**

**Obs.:** Para os ensaios iniciais devem ser coletados 22 amostras e serem divididas em 8 grupos e 7 amostras de tomadas e alças conforme tabela a baixo

Plano de Ensaios	Ensaios	Base Normativa	Amostragem
			Prova
Antes da Execução dos ensaios de tipo	a) Inspeção visual: - identificação; - montagem; - acabamento; - marcação de conformidade dos cabos (NBR 13249) b) verificação dimensional e intercambialidade.	NBR 5123	22 amostras
Grupo 1	- operação; - limites de funcionamento; - comportamento a 70° C; - operação.	NBR 5123	3 amostras
Grupo 2	- operação; - durabilidade; - operação.	NBR 5123	3 amostras


	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 12 de 27

Plano de Ensaios	Ensaios	Base Normativa	Amostragem
			Prova
Grupo 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- operação;</li> <li>- impulso de tensão;</li> <li>- capacidade de fechamento de contatos;</li> <li>- operação.</li> </ul>	NBR 5123	4 amostras
Grupo 4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- operação;</li> <li>- resistência mecânica;</li> <li>- resistência a corrosão;</li> <li>- operação.</li> </ul>	NBR 5123	3 amostras
Grupo 5	<ul style="list-style-type: none"> <li>- resistência à radiação ultra-violeta;</li> <li>- impacto.</li> </ul>	NBR 5123	6 amostras
Grupo 6	<ul style="list-style-type: none"> <li>- magnetização residual;</li> <li>- grau de proteção;</li> <li>- aderência da gaxeta</li> </ul>	NBR 5123	3 amostras
Grupo 7	<ul style="list-style-type: none"> <li>- resistência de isolamento;</li> <li>- rigidez dielétrica;</li> <li>- capacidade de condução de corrente dos contatos.</li> </ul>	NBR 5123	3 amostras de tomadas e alças
Grupo 8	<ul style="list-style-type: none"> <li>- resistência mecânica da alça;</li> <li>- fixação mecânica dos cabos a tomada;</li> <li>- zincagem.</li> </ul>	NBR 5123	4 amostras de tomadas e alças

**Nota:** Os relatórios de ensaios realizados em laboratórios estrangeiros e emitidos em idioma distinto do português devem estar acompanhados de **tradução juramentada** no idioma português.

#### 9.2.4.2. Definição da Amostragem

9.2.4.2.1. O Bureau Veritas Certification é responsável por presenciar a coleta das amostras do objeto a ser certificado. Os itens da amostragem devem ser selecionados pelo Bureau Veritas nas instalações do fornecedor de forma aleatória. A quantidade das amostras é determinada pela Tabela 2 desta IT.

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 13 de 27

**Nota:** produtos que sejam protótipos podem ser enviados diretamente ao laboratório, cabendo ao Bureau Veritas Certification a responsabilidade de assegurar que o protótipo ensaiado seja o produto que será produzido. Neste caso, a amostragem inicial será constituída apenas pela prova do produto, dispensando-se a contraprova e testemunha.


9.2.4.2.2 O produto é considerado conforme se em todos os ensaios listados na tabela 2 não apresentarem não-conformidade.

#### 9.2.4.3. Definição do Laboratório

9.2.4.3.1. O Bureau Veritas Certification deve adotar laboratórios acreditados pela Cgcre no escopo dos ensaios especificados nesta Instrução Técnica, **tomando com base os critérios definidos na IA 02P – Processo de Qualificação e Contratação de Laboratório**. No caso de laboratórios não acreditados, o Bureau Veritas Certification deve registrar, através de documentos comprobatórios, os motivos que o levaram a selecionar o laboratório, registrando ainda os resultados das avaliações feitas para efeito de sua qualificação.

9.2.4.3.2. Para a definição dos laboratórios devem ser considerados os seguintes itens:

- a. os laboratórios definidos devem ser de 3ª parte acreditados pela Cgcre;
- b. em caráter excepcional e precário, desde que condicionado a uma avaliação e aprovação pelo Bureau Veritas Certification, poderá ser utilizado laboratório não acreditado para o escopo específico, quando configurada uma das hipóteses abaixo descritas:
  - I. quando não houver laboratório acreditado para o escopo específico relativo ao Programa de Avaliação da Conformidade definido nesta IT;
  - II. quando houver somente um laboratório acreditado e o Bureau Veritas Certification evidenciar que o preço das análises do laboratório não acreditado, acrescido dos custos decorrentes da avaliação pelo Bureau Veritas Certification, em comparação com o acreditado é, no mínimo, inferior a 50%;
  - III. quando o(s) laboratório(s) acreditado(s) não puder(em) atender em, no máximo, dois meses ao prazo para o início das análises ou dos ensaios previstos nesta Instrução Técnica.
- c. quando não existirem laboratórios de 3ª parte acreditados no devido escopo, o Bureau Veritas Certification deve seguir a seguinte ordem de prioridade na seleção do laboratório:
  - I. laboratório de 1ª parte acreditado;
  - II. laboratório de 3ª parte acreditado para outro(s) escopo(s) de ensaio(s);
  - III. laboratório de 1ª parte acreditado para outro(s) escopo(s) de ensaio(s);
  - IV. laboratório de 3ª parte não acreditado; e,
  - V. laboratório de 1ª parte não acreditado;

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 14 de 27

d. quando da designação pelo Inmetro de laboratório não acreditado, este tem o prazo de 18 meses para obter sua acreditação, sem o que não participará mais do programa de avaliação da conformidade em questão;

- e. a avaliação realizada pelo Bureau Veritas Certification no laboratório não acreditado deve ser feita por profissional do Bureau Veritas Certification que possua registro de treinamento de, no mínimo, 16 horas/aula na Norma ABNT NBR ISO IEC 17025 vigente, além de comprovação formal de experiência e conhecimento técnico específico quanto aos ensaios a serem avaliados;
- f. no caso de contratação de laboratório de 1ª parte, o Bureau Veritas Certification deve acompanhar a execução de todos os ensaios, cada vez que o laboratório executar este serviço;
- g. no caso de contratação de laboratório não acreditado, ou de 1ª ou 3ª parte acreditados para outro(s) escopo(s) de ensaio(s), o Bureau Veritas Certification deve avaliar os requisitos discriminados no **Anexo B** do documento GP01P BR;
- h. para os ensaios realizados por laboratórios estrangeiros, desde que acordado pelo regulamentador, deve ser observada e documentada a equivalência do método de ensaio e da metodologia de amostragem estabelecida. Além disso, esses laboratórios devem ser acreditados pelo Inmetro ou por um Organismo de Acreditação que seja signatário de um acordo de reconhecimento mútuo do qual o Inmetro também faça parte. São eles:
  - I. Interamerican Accreditation Cooperation – IAAC;
  - II. International Laboratory Accreditation Cooperation – ILAC.


**Nota:** Os ensaios iniciais podem ser realizados em laboratório de 1ª. parte acreditado, desde que o Bureau Veritas Certification acompanhe suas execuções.

#### **9.2.5. Tratamento de não conformidades na etapa de Avaliação Inicial**

9.2.5.1. Caso seja identificada alguma não conformidade na avaliação inicial, o fornecedor deve acordar prazo com o Bureau Veritas Certification para que tome as devidas ações corretivas para sanar as não conformidades.

9.2.5.2. A análise crítica das causas das não conformidades, bem como a proposição de ações corretivas, é responsabilidade do fornecedor.

9.2.5.3. Os produtos não conformes devem ser documentados, identificados e estocados em áreas separadas, para que não haja possibilidade de mistura com o produto conforme.

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 15 de 27

9.2.5.4. Fica a critério do Bureau Veritas Certification a necessidade de nova auditoria para verificar a implementação das ações corretivas.

9.2.5.5. Caso o fornecedor não cumpra o prazo estabelecido, o processo de solicitação deve ser cancelado.

9.2.5.6. Novos prazos podem ser acordados, desde que formalmente solicitados pelo fornecedor, justificados e considerada a pertinência pelo Bureau Veritas Certification. Estes prazos também se aplicam para não conformidades ou pendências identificadas na análise da solicitação.

9.2.5.7. A evidência objetiva do tratamento das não conformidades é requisito para a emissão do Certificado de Conformidade (Certificado de Aprovação).

9.2.5.8. O Bureau Veritas Certification deve avaliar a eficácia das ações corretivas implementadas.

#### **9.2.6. Emissão do Certificado de Conformidade (Certificado de Aprovação)**

9.2.6.1. O Bureau Veritas Certification deve realizar uma análise crítica incluindo as informações sobre a documentação, auditorias, ensaios e tratamento de não conformidades.


9.2.6.2. Cumpridos os requisitos exigidos nesta Instrução Técnica, o Bureau Veritas Certification emite o Certificado de Conformidade (Certificado de Aprovação). **A concessão da certificação é de responsabilidade do BUREAU VERITAS CERTIFICATION, conforme critérios definidos no Procedimento GP01P-BR.**

#### **9.2.6.3. Comissão de Certificação**

9.2.6.3.1. O Bureau Veritas Certification deve constituir e manter em funcionamento uma Comissão de Certificação, de caráter consultivo, que deverá se reunir, pelo menos a cada 3 (três) meses, com a finalidade de realizar uma análise crítica nos certificados emitidos, renovados, suspensos, cancelados ou encerrados neste período. Os critérios para realização das reuniões das comissões de certificação estão definidos na instrução administrativa - IA11P BR- Comitê de certificação de Produtos.

9.2.6.3.2. A análise crítica dos certificados é realizada de forma amostral.

9.2.6.3.3. As reuniões poderão ser realizadas por videoconferência desde que os membros da Comissão tenham acesso a toda documentação, a sua livre escolha.

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 16 de 27

9.2.6.3.4. A Comissão de Certificação tem caráter permanente e consultivo. Sua função é analisar os processos de certificação.

9.2.6.3.5. A Comissão de Certificação do Bureau Veritas Certification deve estar livre de quaisquer pressões comerciais, financeiras e outras, que possam influenciar em suas decisões, e ter uma estrutura cujos membros são escolhidos, de forma a existir um equilíbrio de interesses, no qual não predomine interesse particular. Sua composição conta com representantes das entidades de classe, consumidores, representantes de órgãos de defesa do consumidor e órgãos de normalização, entre outros, com reconhecida representatividade e/ou capacitação em sua área de atuação.

9.2.6.3.6. O parecer da Comissão de Certificação tem caráter consultivo e, de forma alguma, isenta o Bureau Veritas Certification da responsabilidade nos certificados concedidos, mantidos ou renovados.

#### 9.2.6.4. Certificado de Conformidade


9.2.6.4.1. O instrumento formal de emissão do Certificado de Conformidade deve conter os seguintes requisitos:

- a. razão social, CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e nome fantasia do fornecedor do objeto da certificação, quando aplicável;
- b. endereço completo;
- c. razão social, CNPJ, quando aplicável, endereço completo e nome fantasia do fabricante;
- d. data de emissão e validade do Certificado de Conformidade (Certificado de Aprovação);
- e. identificação dos modelos abrangidos pelo Certificado de Conformidade (Certificado de Aprovação);
- f. nome, número de registro e assinatura do responsável pelo Bureau Veritas Certification;
- g. identificação do lote (obrigatório no caso de avaliação da conformidade de lote);
- h. número do Certificado de Conformidade;
- i. razão social, endereço eletrônico / sítio da Internet, telefone / fax do Bureau Veritas Certification;
- j. número e data do relatório de ensaio expedido pelo laboratório;
- k. identificação e endereço completo da unidade fabril.

**Nota:** se for necessária mais de uma página como anexo, estas devem estar identificadas de forma sequencial e inequívoca, referenciando-se em correspondência à numeração e codificação do atestado de conformidade. Neste caso, deve constar no atestado a expressão “Certificado de Conformidade válido somente acompanhado do(s) anexo(s)”.

9.2.6.4.2. O Certificado de Conformidade terá sua validade por 3 (três) anos a partir de sua emissão.



	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 17 de 27

### 9.3. Avaliação de Manutenção

A avaliação de manutenção deve ser programada pelo Bureau Veritas Certification, de acordo com os critérios estabelecidos nas etapas subsequentes:

#### 9.3.1. Auditoria de Manutenção

9.3.1.1. Depois da concessão do Certificado de Conformidade (Certificado de Aprovação), o controle da Certificação é realizado pelo Bureau Veritas Certification, o qual programa novas auditorias para constatar se as condições técnico-organizacionais que deram origem à concessão inicial da certificação continuam sendo cumpridas.

9.3.1.2. As auditorias de manutenção no fornecedor devem contemplar as seguintes etapas:

- a. análise da documentação (original) anteriormente enviada, em particular quanto a sua disponibilidade, organização e recuperação;
- b. análise dos registros, em especial os relatórios de ensaios do Controle da Qualidade dos insumos, do processo e do produto;
- c. tratamento de não conformidades na avaliação de manutenção.

9.3.1.3. As auditorias de manutenção devem ocorrer com periodicidade de 12 (doze) meses.

9.3.1.4. O Bureau Veritas Certification, durante a auditoria, deve emitir relatório, registrando seu resultado, tendo como referência os requisitos desta IT, sendo assinados pelo fabricante, pelo fornecedor e pelo BVC. Uma cópia deve ser disponibilizada ao fabricante e ao fornecedor.


9.3.1.5. Com base em evidências que as justifiquem, o Bureau Veritas Certification pode realizar outras auditorias dentro do período de 12 (doze) meses.

#### 9.3.2. Plano de Ensaios de Manutenção

Estes ensaios devem ser realizados e registrados, atendendo às etapas a seguir descritas:


##### 9.3.2.1. Definição dos Ensaios a serem realizados

Os ensaios devem ser realizados de acordo com a Tabela 4 desta IT.

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 18 de 27

**Tabela 4. Plano de ensaio, base normativa e tamanho da amostra para ensaios de manutenção**

Acompanhamento	Plano de Ensaio	Base Normativa	Amostragem
			Prova
1° Anual	a) Inspeção visual: - identificação; - montagem; - acabamento; - marcação de conformidade dos cabos (NBR 13249) b) verificação dimensional e intercambialidade. Grupos 1, 3 e 7 conforme tabela 2 desta IT.	NBR 5123	A quantidade definida na tabela 2 desta IT.
2° Anual	a) Inspeção visual: - identificação; - montagem; - acabamento; - marcação de conformidade dos cabos (NBR 13249) b) verificação dimensional e intercambialidade. Grupos 2 e 4 conforme tabela 2 desta IT.	NBR 5123	
3° Anual	a) Inspeção visual: - identificação; - montagem; - acabamento; - marcação de conformidade dos cabos (NBR 13249) b) verificação dimensional e intercambialidade. Grupos 5, 6 e 8 conforme tabela 2 desta IT.	NBR 5123	

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 19 de 27

#### **9.3.2.2. Definição da amostragem da Manutenção**

Para a realização destes ensaios, o Bureau Veritas Certification deve amostrar anualmente, de forma aleatória, a quantidade especificada para cada grupo conforme tabela 2 desta IT, alternadamente no comércio e na fábrica. Os resultados devem ser informados ao Bureau Veritas Certification.

#### **9.3.2.3. Definição do Laboratório**

9.3.2.3.1. Devem ser observadas as orientações descritas no subitem 9.2.4.3. deste documento.

#### **9.3.3. Tratamento de não conformidades na etapa de Manutenção**

9.3.3.1. Caso seja identificada alguma não conformidade durante a auditoria de manutenção, o fornecedor deve ter prazo acordado com o Bureau Veritas Certification para sanar as não conformidades.

9.3.3.2. A identificação de alguma não conformidade, sem evidências de tratamento, na avaliação de manutenção acarretará na suspensão imediata do Certificado e da Autorização para o Uso do Selo de Identificação da Conformidade para o modelo/ família não conforme. O Bureau Veritas Certification deve notificar o fornecedor por escrito, informando que só poderá retomar o processo de certificação quando as não conformidades encontradas forem sanadas.


9.3.3.3. Caso a não conformidade evidenciada venha a comprometer outros modelos, a suspensão da certificação também será estendida a estes modelos.

9.3.3.4. O fornecedor deverá apresentar o plano de ações corretivas em até 15 (quinze) dias corridos a partir da suspensão da sua certificação. A certificação volta a vigorar quando as ações corretivas forem consideradas efetivas pelo Bureau Veritas Certification. A efetividade das ações corretivas deverá ser confirmada por meio de ensaios.

9.3.3.5. Novos prazos podem ser acordados desde que formalmente solicitados pelo fornecedor, justificados, e avaliada a pertinência pelo Bureau Veritas Certification.

9.3.3.6. O Bureau Veritas Certification deve emitir um Relatório de Acompanhamento de Ações Corretivas detalhando as ações adotadas para eliminação da(s) não conformidade(s) e a(s) evidência(s) de implementação e sua efetividade.

9.3.3.7. O Bureau Veritas Certification deve anexar os relatórios de ensaios fornecidos pelo laboratório ao Relatório de Acompanhamento de Ações Corretivas.

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 20 de 27

9.3.3.8. Caso o fornecedor não atenda aos prazos estabelecidos, e desde que não tenha sido acordado novo prazo, a certificação será cancelada.

9.3.3.9. Independente da decisão do fornecedor cabe ao Bureau Veritas Certification a decisão pelo cancelamento ou não do Certificado de Conformidade (Certificado de Aprovação), e ao regulamentador pela solicitação de *recall* ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.

9.3.3.10. Em caso de recusa do fornecedor em implementar as ações corretivas, o Bureau Veritas Certification deve cancelar o Certificado de Conformidade (Certificado de Aprovação) para o(s) modelo(s) família(s) de aparelho(s) certificado(s).

9.3.3.11. Na hipótese em que o produto não possa ser coletado, o Certificado será suspenso, a critério do Bureau Veritas Certification.

#### **9.3.4. Confirmação da Manutenção**

9.3.4.1. O Bureau Veritas Certification deve emitir a confirmação da manutenção após a análise crítica, incluindo as informações sobre a documentação, auditorias, ensaios, tratamento de não conformidades, acompanhamento de mercado e tratamento de reclamações, observando os requisitos pertinentes do subitem 9.2.6. de que o atendimento aos requisitos foi demonstrado.

9.3.4.2. Cumpridos os requisitos exigidos nesta Instrução Técnica, o Bureau Veritas Certification emite o documento formalizando que a certificação está mantida. **A confirmação da manutenção da certificação é de responsabilidade do BUREAU VERITAS CERTIFICATION, conforme critérios definidos no Procedimento GP01P-BR.**

#### **9.4 Avaliação de Recertificação**


A avaliação de recertificação deve ser programada pelo Bureau Veritas Certification, de acordo com os critérios estabelecidos no item 9.3 deste documento. O prazo para a recertificação deve ser de 3 (três) anos.

##### **9.4.1. Tratamento de não conformidades na etapa de Recertificação**

Devem ser observadas as orientações descritas no subitem 9.3.3. deste documento.

##### **9.4.2. Confirmação da Recertificação**

9.4.2.1. A confirmação da recertificação pelo Bureau Veritas Certification é baseada na decisão tomada após a análise crítica, incluindo as informações sobre a documentação, auditorias, ensaios, tratamento de não conformidades, acompanhamento de mercado e tratamento de reclamações, obser-

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 21 de 27

vando os requisitos pertinentes do subitem 9.2.6, de que o atendimento aos requisitos foi demonstrado.

9.4.2.2. Cumpridos os requisitos exigidos nesta IT, o Bureau Veritas Certification emite o novo Certificado da Conformidade.

## 10. TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

O tratamento de reclamações descrito neste documento se aplica aos fornecedores e ao Bureau Veritas Certification.


10.1. O processo de tratamento de reclamações deve contemplar:

- a. uma política para tratamento das reclamações, assinada pelo responsável formalmente designado para tal, que evidencie que o fornecedor e o Bureau Veritas Certification:
  - I. valoriza e dá efetivo tratamento às reclamações apresentadas por seus clientes;
  - II. conhece e compromete-se a cumprir e sujeitar-se às penalidades previstas nas leis, especificamente na Lei n.º 8078/1990;
  - III. analisa criticamente os resultados, bem como toma as providências devidas, em função das reclamações recebidas;
  - IV. define responsabilidades quanto ao tratamento das reclamações;
  - V. compromete-se a responder ao reclamante quanto ao recebimento, tratamento e conclusão da reclamação, conforme prazos estabelecidos internamente.
- b. uma sistemática para o tratamento de reclamações de seus clientes contendo o registro de cada uma, o tratamento dado e o estágio atual;
- c. a indicação formal de uma pessoa ou equipe, devidamente capacitada e com liberdade para o tratamento das reclamações;
- d. número de telefone ou outros meios para atendimento às reclamações e formulário de registro de reclamações.

10.2. O fornecedor e o Bureau Veritas Certification devem ainda realizar anualmente uma análise crítica das reclamações recebidas e evidências da implementação das correspondentes ações corretivas, bem como das oportunidades de melhorias, registrando seus resultados.

## 11. ATIVIDADES EXECUTADAS POR OAC ESTRANGEIROS

11.1. As atividades de avaliação da conformidade executadas por um organismo estrangeiro podem ser aceitas, desde que observadas todas as seguintes condições:

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 22 de 27

- a) O Bureau Veritas Certification, que é acreditado pelo Inmetro, deve possuir um MoU com o organismo estrangeiro.
- b) O organismo estrangeiro deve ser acreditado pelas mesmas regras internacionais adotadas pelo Inmetro, para o mesmo escopo ou equivalente.
- c) As atividades realizadas pelo OAC no exterior devem ser equivalentes àquelas regulamentadas pelo Inmetro.
- d) O Bureau Veritas Certification deve emitir o certificado em conformidade à regulamentação brasileira, e assumir todas as responsabilidades pelas atividades realizadas no exterior e decorrentes desta emissão, como se o próprio tivesse conduzido todas as atividades.
- e) O Bureau Veritas Certification deve ser o responsável pelo julgamento e concessão de certificados de conformidade.

11.2. O MoU será objeto de verificação nas avaliações periódicas da acreditação realizada pela Cgcre e deve conter os requisitos mínimos abaixo:


- a) as partes concordam em manter a signatária informada sobre alteração de situação de sua acreditação no país de origem;
- b) as partes devem acordar que quando este for emitido em idioma distinto do inglês ou espanhol, deve estar acompanhado de tradução juramentada no idioma português;
- c) as partes devem esclarecer as atividades que estão cobertas pelo MoU, como por exemplo, avaliação de relatórios de ensaio e avaliação de relatório de auditoria.

## 12. ENCERRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO

O encerramento da certificação dar-se-á nas hipóteses de cancelamento da fabricação ou importação dos produtos certificados ou de transferência para outro OAC.

12.1. O Bureau Veritas Certification deverá programar uma auditoria extraordinária para verificação e registro dos seguintes requisitos:

- a) data de fabricação dos últimos lotes do objeto certificado e seus tamanhos.
- b) material disponível em estoque para novas produções.
- c) quantidade de produto acabado em estoque e qual a previsão da empresa certificada para que este lote seja consumido.
- d) cumprimento de todos os requisitos previstos nesta Instrução Técnica desde a última auditoria de acompanhamento.
- e) ensaios de rotina realizados nos últimos lotes produzidos.

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 23 de 27

12.2. Quando julgar necessário, o Bureau Veritas Certification poderá programar também, a coleta de amostras e a realização de ensaios para avaliar a conformidade dos produtos em estoque no processo produtivo.

12.3. Caso o resultado desses ensaios apresente alguma não conformidade, o Bureau Veritas Certification, antes de considerar o processo cancelado, solicitará à empresa certificada o tratamento pertinente, definindo as disposições e os prazos de implementação.

12.4. No caso de ocorrência de produtos não conformes no mercado, antes de considerar o processo encerrado, e, dependendo do comprometimento que a não conformidade identificada possa impor ao uso do produto, deve ser considerada pelo Bureau Veritas Certification a necessidade de retirada do produto do mercado, ficando o fornecedor responsável por esta ação.

### 13. SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios gerais para o Selo de Identificação da Conformidade estão contemplados nesta IT. O Selo de Identificação da Conformidade tem por objetivo identificar que o objeto da Certificação foi submetido ao processo de avaliação e atendeu aos requisitos contidos neste documento.

13.1. O modelo, as características, a rastreabilidade e as formas de aposição do Selo de Identificação da Conformidade serão definidos nesta IT, obedecidas às disposições contidas na Portaria Inmetro nº 179, de 16 de junho de 2009, e no Manual de Aplicação dos Selos de Identificação da Conformidade.

13.2. O Selo de Identificação da Conformidade pode ser impresso no Certificado de Conformidade, marcado ou apostado ao produto e/ou impresso ou apostado à embalagem..

### 14. AUTORIZAÇÃO PARA USO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE


Os critérios para Autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade devem seguir as condições descritas a seguir.

14.1. Nos demais casos a autorização é concedida quando o produto está em conformidade com os critérios estabelecidos neste documento, sendo dispensado o Registro pelo Inmetro.

14.2. A autorização, tanto para produto passível de registro ou não, terá sua validade vinculada à validade da certificação e na condição de não suspenso ou cancelado.

### 15. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

#### 15.1. Obrigações do Fornecedor

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	<b>Ref.: IT 574C BR</b>
		<b>Emissão: 08/05/2013</b>
		<b>Página 24 de 27</b>

15.1.1. Acatar todas as condições estabelecidas nesta Instrução Técnica e nas disposições legais independente de sua transcrição.

15.1.2. Aplicar o Selo de Identificação da Conformidade em todos os produtos certificados, conforme critérios estabelecidos nesta Instrução Técnica.

**15.1.3. Acatar as decisões pertinentes à certificação tomadas pelo Bureau Veritas Certification, recorrendo ao Inmetro, nos casos de reclamações e apelações, via Ouvidoria do Inmetro.**

15.1.4. Facilitar ao Bureau Veritas Certification, ou ao seu contratado, mediante comprovação desta condição, os trabalhos de auditoria e os de acompanhamento, assim como a realização dos ensaios e outras atividades de Certificação previstas nesta Instrução Técnica.

15.1.5. Manter as condições técnico-organizacionais que serviram de base para a obtenção da autorização para uso do Selo de Identificação da Conformidade, informando, previamente, ao Bureau Veritas Certification qualquer modificação que pretenda fazer no produto ao qual foi concedida a autorização.

15.1.6. Comunicar imediatamente ao Bureau Veritas Certification no caso de cessar, definitivamente, a fabricação ou importação do produto certificado.

15.1.7. Não utilizar a mesma codificação para um produto certificado e um produto não certificado (código e modelo). Além disso, os produtos só podem ser codificados considerando os requisitos pré-estabelecidos pela base normativa pelos quais foram certificados.


**15.1.8. Submeter previamente ao Inmetro, para autorização, todo o material de divulgação onde figure o Selo de Identificação da Conformidade.**

15.1.9. O fornecedor tem responsabilidade técnica, civil e penal referente aos produtos certificados, bem como a todos os documentos referentes à certificação, não havendo hipótese de transferência desta responsabilidade.

15.1.10. Cumprir os requisitos descritos no Capítulo 12 em caso de encerramento da certificação.

15.1.11. Retirar do mercado produtos certificados que apresentem irregularidades, e dar disposição final obedecendo à legislação vigente.



	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 25 de 27

15.1.12. O fornecedor deve aplicar o Selo de Identificação da Conformidade em todos os produtos **registrados**, conforme critérios estabelecidos na IT.

## **15.2. Obrigações do Bureau Veritas Certification**

15.2.1. Implementar o programa de avaliação da conformidade, conforme os requisitos estabelecidos nesta Instrução Técnica, **dirimindo obrigatoriamente as dúvidas com o Inmetro.**

15.2.2. Utilizar o sistema de banco de dados fornecido pelo Inmetro para manter atualizadas as informações acerca dos produtos certificados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a emissão do Certificado de Conformidade ou alteração em seu status.

15.2.3. Notificar em até 5 (cinco) dias úteis a Diretoria de Qualidade do Inmetro, no caso de suspensão, extensão, redução e cancelamento da certificação, através de meio físico ou eletrônico, bem como alimentar, no mesmo período de tempo, o sistema de banco de dados fornecido pelo Inmetro.

15.2.4. Submeter à Cgcre, para análise e aprovação da utilização, os Memorandos de Entendimento, no escopo desta Instrução Técnica, estabelecidos com outros organismos de Certificação.

15.2.5. Escolher o laboratório a ser usado no processo de Certificação, com base nos requisitos estabelecidos neste documento.


15.2.6. Coletar, a qualquer tempo e hora, por determinação do Inmetro, amostras no mercado para realização dos ensaios definidos nesta Instrução Técnica, seguindo os critérios de amostragem previstos, arcando com os custos referentes à coleta e aos ensaios.

15.2.7. Possuir um Sistema de Tratamento de Reclamações, conforme previsto no capítulo 10 desta Instrução Técnica.

15.2.8. Não possuir pendências com o Inmetro.

15.2.9. Caso o Bureau Veritas Certification tenha sua acreditação cancelada, deverá:

15.2.9.1. Comunicar imediatamente a seus clientes a sua condição e instruí-los no processo de transição para outro OAC que esteja com sua acreditação ativa, ressaltando que os certificados já emitidos

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 26 de 27

dos permanecerão válidos até o término dos prazos de manutenção ou renovação, o que ocorrer primeiro.

15.2.9.2. Disponibilizar, quando solicitado, à Diretoria da Qualidade do Inmetro todos os registros e informações relativas aos processos de certificação por ele realizados.

15.2.9.3. Disponibilizar a seus clientes todos os registros, certificados, relatórios e demais documentos referentes ao(s) seu(s) processo(s) de certificação para subsidia-los quando da contratação de outro OAC acreditado para a continuidade da sua certificação.

15.2.9.4. Informar à Diretoria da Qualidade do Inmetro todas as ações realizadas durante o processo de migração das empresas detentoras de certificados com o objetivo de evitar danos aos fornecedores e aos consumidores.

15.2.10. O OAC cancelado não pode realizar as atividades de manutenção ou renovação dos certificados emitidos para os Programas de Avaliação da Conformidade estabelecidos pelo Inmetro.

15.2.11. Realizar a verificação da conformidade do produto a qualquer tempo, caso seja solicitado pelo Inmetro.

15.2.12. Orientar o fornecedor quanto à necessidade de registrar o produto junto ao Inmetro.

## **16. ACOMPANHAMENTO NO MERCADO**


### **16.1. Verificação da Conformidade**

Os aparelhos certificados são submetidos ao acompanhamento no mercado pelo Inmetro através da verificação da conformidade, dentre outras formas.

16.1.1. O fornecedor é responsável por repor as amostras do produto certificado retiradas do mercado pelo Inmetro ou seus órgãos delegados, para fins de análise da verificação da conformidade.

16.1.2. O fornecedor que tiver o produto certificado submetido à verificação da conformidade se compromete a prestar ao Inmetro, quando solicitado, todas as informações sobre o processo de Certificação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

16.1.3. Caso seja encontrada alguma não conformidade, considerada, pelo regulamentador, sistêmica ou de risco potencial à saúde, segurança ou meio ambiente, em alguma das amostras ensaiadas na Verificação da Conformidade, o fornecedor deve realizar a retirada do aparelho da comercialização em todo o território nacional.

	<b>INSTRUÇÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE RELÉS FOTOELÉTRICOS INTERCAMBIÁVEIS E SUAS TOMADAS E ALÇAS</b>	Ref.: IT 574C BR
		Emissão: 08/05/2013
		Página 27 de 27

16.1.5. As não conformidades identificadas pela verificação da conformidade poderão acarretar a aplicação das penalidades previstas no capítulo 17 desta Instrução Técnica.

## **16.2. Acompanhamento no Mercado pelo Bureau Veritas Certification**

16.2.1. Sempre que determinado pelo Inmetro, em caso de denúncia devidamente fundamentada, coletar, a qualquer tempo e hora, amostras no mercado para realização de ensaios definidos na IT, seguindo os critérios de amostragem previstos, arcando com os custos referentes à coleta e aos ensaios.

16.2.2. A coleta de amostras poderá ser realizada pelo Inmetro, que providenciará a entrega das mesmas ao Bureau Veritas Certification. Neste caso, o Inmetro será o responsável pelo ônus da coleta das amostras e envio ao Bureau Veritas Certification.

## **17. PENALIDADES**

17.1. A inobservância das prescrições compreendidas nas Portarias, no RAC e nesta Instrução Técnica acarretará a aplicação pelo Bureau Veritas Certification a seus infratores, das penalidades de advertência, suspensão e cancelamento da Certificação, bem como seu Registro de Objeto. No caso dos Programas de Avaliação da Conformidade compulsórios, aplicam-se também as penalidades previstas na Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999.

## **18. RASTREABILIDADE**

18.1. O fornecedor deve manter de forma obrigatória no produto, de forma clara e indelével, no mínimo, as seguintes informações:

- nome do fabricante, razão social, nome fantasia (quando constar no CNPJ);
- nome do fornecedor detentor do Registro de Objeto;
- data de fabricação (mês e ano);
- país de origem ou sua referência;
- número do lote de fabricação;
- código do produto.